

De ato em ato se constrói a prática: Diálogos e Experiências com as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil

Gabriela Teixeira Gomes¹

Ana Paula Rodrigues Bastos²

Vanessa Silva da Silva³

Resumo: O presente texto propõe uma breve discussão sobre o racismo e as relações étnico-raciais tendo como enfoque o contexto escolar, bem como apresenta práticas educativas desenvolvidas com crianças de uma escola de Educação Infantil do município de Pelotas- RS, com vistas a promover uma educação para as relações étnico-raciais a partir dos pressupostos contidos na Lei 10.639/03. Nessa esteira, as linhas que se seguem apoiam-se teoricamente em Nilma Lino Gomes (2001, 2005, 2006), Eliane Cavalleiro (2001), Paulo Freire (1996, 2009) Kabengele Munanga (2005, 2012). Para desenvolver as práticas educativas utilizou-se os instrumentos metodológicos da contação de histórias e construção de desenhos, além de diário de campo.

Palavras- Chave: Educação Infantil; Relações Étnico-Raciais; Práticas Educativas.

Introdução

1

Mestranda do Curso de Mestrado em História do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande. Professora de História da Escola Estadual de Ensino Fundamental Santo Antônio e da Escola Estadual de Ensino Médio Colônia de Pescadores Z-3.

2

Graduada em Língua Portuguesa. Professora de Língua Portuguesa da Escola Estadual de Ensino Médio Colônia de Pescadores Z-3 e Professora da Educação Infantil.

3

Graduada em Pedagogia. Professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Escola Estadual de Ensino Fundamental Santo Antônio.

Os bancos escolares são formados por diferentes pessoas que constroem e reconstróem a partir de suas vivências e experiências esses espaços de socialização, assim pode-se refletir a luz de Paulo Freire ao se pensar que os cidadãos devem ser sujeitos construtores e partícipes de sua História. Contudo, observa-se que embora a Escolas possam estar alicerçadas nos pressupostos da cidadania, a igualdade e o respeito nem sempre se fazem presentes nesses lugares. Nessa perspectiva, refletir e dialogar acerca das relações étnico-raciais, como elas ocorrem nos espaços escolares e as problemáticas que envolvem essas relações são pertinentes, tendo em vista que o racismo e a discriminação racial existentes no Brasil são considerados entraves para a valorização , respeito e igualdade dos diferentes grupos étnicos que compõem e formam a sociedade brasileira, impossibilitando assim a promoção de uma educação antirracista e uma educação para as relações étnico-raciais.

Desse modo, com intuito de fazer da escola um lócus de promoção da educação antirracista, o presente texto propõe uma breve discussão sobre o racismo e as relações étnico-raciais tendo como enfoque o contexto escolar, bem como apresenta práticas educativas desenvolvidas crianças de uma escola de Educação Infantil do município de Pelotas- RS, com vistas a promover uma educação para as relações étnico-raciais a partir dos pressupostos contidos na Lei 10.639/03. Nessa esteira, as linhas que se seguem apoiam-se teoricamente em Nilma Lino Gomes (2001, 2005, 2006), Eliane Cavalleiro (2001), Paulo Freire (1996, 2009) Kabengele Munanga (2005,2012). Para desenvolver as práticas educativas utilizou-se os instrumentos metodológicos da contação de histórias e construção de desenhos, além de diário de campo.

Algumas considerações sobre o racismo e a luta da população afro-brasileira

Considera-se estruturante, antes de adentrar nas considerações a que esse trecho da escrita se propõe, salientar que a discussão acerca do racismo no Brasil e fora dele é exaustiva e muito complexa, tendo em vista a gama de correntes históricas, filosóficas e sociais que participam da construção do conhecimento a respeito dessa temática, portanto, apesar do presente texto buscar construir uma discussão sobre o racismo e as relações étnico- raciais no contexto da escola, não se pretende aprofundar o debate, mas

possibilitar algumas reflexões sobre a temática em questão. Partindo dessas premissas, o conceito de racismo adotado aqui é o de Gomes (2005). Segundo a autora o racismo pode ser entendido a partir de duas concepções:

por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores (p.52)

O pensamento europeu do século XIX fortaleceu ainda mais um racismo já existente através de estudos pseudocientíficos acerca das populações consideradas inferiores, entre elas as africanas e indígenas (XAVIER, 2009). Esses estudos pautados em estereótipos de inferioridade e selvageria acentuaram as práticas racistas condicionando diversos grupos étnicos a marginalização histórica e social. O filósofo alemão Friederich Hegel expressa o pensamento do século XIX sobre os africanos ao mencionar em sua obra “Filosofia da História Universal” (1928) aponta que não havia nada de humano nas populações desse continente, estando essas “criaturas” imersas na selvageria e na barbárie (HERNANDEZ, 2008). Na mesma linha de pensamento de Hegel, o filósofo iluminista Voltaire ao abordar a condição de vida dos indígenas brasileiros relata que viviam numa situação de selvageria e ignorância, não respeitando a divindade, relações sanguíneas, vivendo sem leis e no estado bruto (MUNANGA, 2012). É pertinente ressaltar que durante a primeira metade do século XIX duas correntes de pensamento seriam influentes no sentido de pensar as populações a partir de uma ótica europocentrista, a primeira considerava que os povos e suas culturas deveriam seguir um itinerário europeu a fim de ascenderem na escala evolutiva, a segunda, de cunho racista, pensava o homem a partir de sua raça, sendo os povos não brancos considerados inferiores e estando numa escala de inferioridade estagnada (MUNANGA, 2012). |

Essas correntes de pensamento adentraram no Brasil influenciando os intelectuais e pensadores brasileiros, corroborando para a acentuação do racismo e da discriminação sofrida pelos indígenas, africanos e seus descendentes. Em relação aos negros brasileiros, ressalta-se que mesmo após a abolição da escravidão permaneceram sendo excluídos e marginalizados, enfrentando problemas com a inserção política, social, educacional e econômica. Ao mesmo tempo, foram considerados como um grande entrave para o

avanço da sociedade e do Brasil enquanto nação, devido a sua suposta inferioridade, o que justificou o processo de branqueamento da nação brasileira. Desse modo, a fim de erradicar a presença negra inferiorizada o governo republicano incentivou e empregou a imigração europeia no Brasil, que por um lado supriria a escassez de mão de obra deixada após a abolição da escravidão, e por outro aceleraria o branqueamento do povo brasileiro (MATTOS, 2011).

Apesar da situação em que se encontrava no pós-abolição, a população negra brasileira organizou-se de diferentes formas com o intuito de lutar por seus direitos e pela valorização de sua história e cultura. Nesse sentido, a construção da imprensa alternativa por parte dos afro-brasileiros, urge a partir da necessidade de um espaço para divulgar e valorizar sua cultura e suas ações de luta, tendo em vista que a imprensa tradicional representava os negros de forma depreciativa. Além da criação de jornais, organizaram-se em associações, manifestando por meio da música, promovendo festas e bailes que posteriormente deram origem aos grupos carnavalescos e mais tarde as escolas de samba (MATTOS, 2011). Durante o século XX, os negros atuaram também em associações culturais, criando teatros como o Teatro Experimental do Negro em 1944, fundando por Abdias Nascimento. A partir da década de 50 o TEN atuou através de atividades sociais, culturais e educacionais com intuito de reivindicar os direitos da população afro-brasileira. Nas décadas de 60 e 70 as lutas continuaram por meio dos movimentos sindicais, inserção da população negra em associações educacionais e políticas, além da criação do Movimento Negro Unificado.

O Movimento Negro Unificado empreendeu esforços para que um novo cenário se constituísse, e que nesse novo contexto as ideologias e reivindicações da população afro-brasileira estivessem presentes e fossem atendidas marcando sua atuação durante o processo de redemocratização e a formulação da Constituição de 1988. Nessa esteira, cabe ressaltar que o campo da educação que é uma das bandeiras do Movimento Negro para que efetivamente se possa atingir um patamar de igualdade racial no Brasil e desse modo dar voz as histórias e etnias muitas vezes silenciadas.

As relações étnico-raciais e o racismo- um olhar para escola

Como já foi exposto anteriormente, o racismo no Brasil está fortemente enraizado, embora exista a negação da sua existência através da criação de uma suposta democracia racial. Nesse sentido, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (1995) aponta que os estudos que versam sobre o racismo no Brasil devem notar que no nosso país “os brasileiros se imaginam numa democracia racial. Essa é uma fonte de orgulho nacional, e serve, no nosso confronto/comparação com outras nações, como prova incontestada de nosso status de povo civilizado” (GUIMARÃES, 1995, p. 26).

Verifica-se que a negação da existência do racismo nos bancos escolares encobrem as relações étnico-raciais que estão pautadas na discriminação e acentuam as práticas racistas por parte dos educadores e da comunidade escolar. Ademais, as situações de discriminação e preconceitos que estão com frequência presentes no cotidiano escolar são inúmeras vezes ignoradas e tratadas como brincadeiras (CANDAU, 2011). Salienta-se que os bancos escolares devem iniciar um processo de modificação e reestruturação na forma como lidam com o racismo e com as relações étnico-raciais, atendendo aos pressupostos da Lei 10.639/03 que altera a LDB de 1996 tornando obrigatório o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, e buscar construir ações conjuntas a fim de promover uma educação antirracista.

Quando se aborda as relações étnico-raciais no contexto escolar é pertinente refletir sobre alguns aspectos, primeiro que as diferenças culturais dos grupos étnicos formadores do Brasil nem sempre são abordadas de forma igualitária e positiva nas instituições de educação, segundo que em determinados momentos as “[...] práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias [...] dependendo do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças” (GOMES, 2001, p.86). Ao mesmo tempo, compreende-se que as estereotipias designadas a determinados grupos étnicos como os negros e os indígenas, causam sérios problemas na construção identitária de jovens e crianças de diferentes faixas etárias, promovendo o não reconhecimento de sua cultura e de seu pertencimento étnico.

Nessa perspectiva, Freire (1996) ao apontar a necessidade de rebelar-se diante das injustiças como forma de afirmar-se, contribui para se pensar as posturas positivas e críticas que os educadores devem empreender em suas práticas cotidianas, afinal é na

luta, na reflexão e no diálogo que se podem promover mudanças efetivas na educação. Ademais, ressalta-se que “quanto mais fingirmos que o trato pedagógico e ético da diversidade, não é uma tarefa da escola e dos educadores, mais conflituosas e delicadas se tornarão as relações entre o “eu” e o “outro” no interior das escolas e no dia-a-dia das salas de aulas” (GOMES, 2006, p. 29).

As reflexões feitas até aqui foram com intuito de pensar o quanto o racismo e a discriminação racial encontram-se presentes no Brasil afetando profundamente a população negra, de que forma são construídas as relações étnico-raciais nos contextos escolares e do quanto às práticas educativas antirracistas que promovam um pensar crítico e que sejam um instrumento de luta contra a desigualdade racial se fazem necessárias e urgentes. Assim, nas linhas seguintes serão apresentadas algumas práticas educativas pensadas a partir de Paulo Freire quanto à busca da criticidade, da autonomia, e da transformação através da educação.

Por uma educação antirracista - Experiências na Educação Infantil

Entende-se que a educação para as relações étnico-raciais que cumpre o seu papel é aquela em que as crianças, os adolescentes, os jovens e adultos negros, indígenas e brancos, ao passar pela educação básica, questionem a si mesmos nos seus próprios preconceitos, tornem-se capazes e dispostos a modificar práticas e posturas discriminatórias, bem como valorizem e reconheçam a diversidade (GOMES, 2013). Da mesma forma, a educação antirracista deve ser capaz de reconhecer o ambiente escolar como um espaço de formação cidadã crítica, de diálogo que proporciona posicionamentos frente às desigualdades raciais e, sobretudo, que permita a diminuição do racismo e o desenvolvimento da prática da cidadania (CAVALLEIRO, 2001). Unindo as premissas acima expostas por Nilma Lino Gomes e Eliane Cavalleiro, bem como as contribuições de Paulo Freire (1996,) acerca da Educação e dos saberes que envolvem a tarefa de ensinar, pensou-se a estruturação de ações que foram desenvolvidas em uma turma de uma Escola de Educação Infantil, no município de Pelotas-RS, no ano de 2015. A turma com a qual se realizou as atividades é composta por 7 alunos, de faixa etária de 5 anos de idade, sendo que dois desses alunos reconhecem-se enquanto negros em relação ao seu

pertencimento étnico-racial e os outros 5 estudantes reconhecem-se enquanto brancos em relação ao seu pertencimento étnico- racial.

As atividades foram estruturadas em três etapas : contação de história, releitura através de construção de desenhos e diálogo final.

Na primeira etapa a professora apresentou a obra intitulada “Menina Bonita do Laço de Fita” de autoria da escritora Ana Maria Machado. Durante essa parte da atividade a turma foi organizada em círculo, com intuito de promover a igualdade entre todos os alunos e para que se pudesse estabelecer uma relação de maior proximidade entre os colegas e a professora. Além disso, o livro foi inicialmente apresentado aos alunos sem o título, pois se desejava instigar a curiosidade dos mesmos a fim de que criassem um título para a história, assim, conforme foi sendo contada a história aos estudantes procurou-se salientar as imagens expressas na obra, os personagens que fazem parte da história e as diferenças que existem entre eles. Observou-se a partir dos comentários e questionamentos que os estudantes fizeram, diferentes interpretações e reações, entre elas: autorreconhecimento, comparação, estranhamento, estereótipos em relação às características físicas. Como, por exemplo, “O cabelo dela é muito junto parece uma corda!” , “ Olha professora ela parece a Bia, com as trancinhas que ela tem no cabelo! ”, “ Por que o cabelo dela é tão alto prof., na capa estava mais bonito e lisinho? ”, “ O coelho quer ficar preto que nem eu, mas eu não precisei de chocolate porque já nasci pretinho”, “ Parece o meu cabelo, eu achei muito legal!, “O dente dela é tão branquinho, ela é bem limpinha e escova os dentes direitinho” (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).

Na segunda etapa pediu-se para que os estudantes construíssem um desenho sobre a história contada, assim ao analisar as imagens e desenhos produzidos identificou-se que em todos havia a presença dos personagens principais, sendo que em um dos desenhos a menina e sua mãe foram pintadas de cores diferentes, sendo a imagem que representava a mãe colorida de bege e a imagem da menina de marrom. Quando questionada, a autora do desenho afirmou que havia colorido as imagens de tal forma, pois a mãe era mais clara que a filha. Nessa mesma etapa, como atividade de casa os alunos deveriam investigar com quem eram parecidos, pois ao longo na história que lhes foi contada, um dos

personagens principais que era o Coelho estava desejava saber com quem era parecido, além disso, desejava ser negro como a menina, fato que chamou a atenção dos alunos.

Na terceira e última etapa os estudantes foram organizados novamente em círculo, sendo que nesse momento foi pedido que eles dessem um nome para história, essa atividade foi solicitada com intuito de estimular a imaginação e a criticidade. Entre os nomes sugeridos estão: Pretinha, Moreninha, Jabuticaba, Pantera Negra, Algodão, Leitinho, Pano Branco. Observou-se que os nomes sugeridos associam-se a cor da pele apresentada pelos personagens principais, no caso a menina e o coelho. Na medida em que ocorreu o diálogo com os alunos analisou-se que o fato do coelho desejar trocar de cor, da menina ser negra, e dos filhotes dos coelhos serem de cores variadas, foram os aspectos que mais chamaram a atenção na história.

Considerações Finais

As práticas educativas aqui desenvolvidas são apenas um pequeno passo que se soma a outros tantos que já foram dados em inúmeros espaços educacionais no sentido de promover uma educação antirracista e voltada para as relações étnico-raciais. Ademais, os educadores devem buscar uma constante ampliação de sua visão em relação à desigualdade racial na educação, de questionarem-se em relação às suas práticas e ao cotidiano da Escola (CAVALLEIRO, 2001). Reitera-se ainda, que as contribuições de Paulo Freire são fundamentais para se pensar a prática docente, bem como uma educação que prime pela criticidade e o exercício da cidadania. Pois O educador ou a educadora crítica, exigente, coerente no exercício de sua reflexão sobre a prática educativa, ou no exercício da própria prática, sempre a entende em sua totalidade. (FREIRE, 2009, p. 110). Por fim, ensinar exige luta, reflexão, amor e constante fazer e refazer.

Referências

CAVALLEIRO, Eliane. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 16ª ed. 2009. GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. NOVOS ESTUDOS CEBRAP, n.43, p. 26-44, 1995.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. CAVALLEIRO, Eliane. São Paulo: Summus, 2001.

_____, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: Kabengele Munanga. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: MEC, 2005, p. 143-154.

_____, Nilma Lino. Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Org.). **Educação como prática da diferença**. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006, v., p. 21-40.

_____, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. (Org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008, v., p. 67-89.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula. Visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

MUNANGA, **Kabengele. Negritude - Usos e sentidos**. 1a. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e Cultura Afro-Brasileira**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

XAVIER, Regina Célia Lima. **Raça, civilização e cidadania na virada do século XIX e início do século XX**. In: IV Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2009.